

“A Amazônia no imaginário norte-americano na Segunda Guerra Mundial”

Seth Garfield

Department of History
University of Texas at Austin

A historiografia brasileira da "batalha da borracha" enfatizou amplamente o contexto e o escopo do envolvimento dos Estados Unidos na Amazônia durante a guerra. Em acordos bilaterais assinados com o Brasil em Washington em março de 1942, os Estados Unidos criaram um fundo de cinco milhões de dólares para melhorar a qualidade da borracha produzida na Amazônia, e uma quantia similar para financiar um programa de saúde e saneamento nas áreas produtoras de borracha (McCann, 1974, p.267-268; Moura, 1980, p.167-168). O acordo previa a venda de todo o superávit exportável de borracha crua do Brasil para os Estados Unidos por um preço fixo até 31 de dezembro de 1946. Os Estados Unidos também se comprometeram a subsidiar a migração de dezenas de milhares de nordestinos para a Amazônia, para extrair borracha. Contudo, as controversas visões do comércio de borracha na Amazônia entre agentes do governo norte-americano, durante a guerra, não têm sido objeto de um exame sistemático, um exercício que pode historicizar como fatores econômicos e ideológicos informaram e dividiram as opiniões no hemisfério Norte sobre a floresta.

Com a crise da borracha acirrando os ânimos nos Estados Unidos, a Amazônia se viu rapidamente no meio da disputa política. O conflito sobre a política de obtenção de borracha na Amazônia se originou, em sentido estrito, de uma superposição de competências, característica do estilo de governança de Roosevelt, que tentava manter uma improvável aliança entre liberais do Norte e conservadores sulistas que formavam sua base de poder no Partido Democrata. Desde junho de 1940, a *Reconstruction Finance Corporation* (RFC) tinha desfrutado de poderes expandidos por causa da guerra, o que lhe permitia criar corporações subsidiárias para defender o interesse nacional e para a aquisição de matérias-primas estratégicas. A *Rubber Reserve*, uma de suas subsidiárias, tinha sido autorizada a produzir, adquirir, transportar e negociar borracha e a tomar empréstimos da RFC. Após a invasão japonesa da Malásia, a RFC foi atacada na imprensa: atribuiu-se a culpa pelo agravamento da escassez de borracha a

sua abordagem de obtenção orientada para os negócios privados e corte de custos, promovendo interesses corporativos, além de ter-se mostrado incapaz de tomar decisões. Por meio da Ordem Executiva 9128, de 13 de abril de 1942, Roosevelt investiu o *Board of Economic Warfare* (BEW, antes chamado de *Economic Defense Board*), dirigido pelo vice-presidente Henry Wallace, de completo controle sobre o direcionamento da produção e a obtenção de toda matéria-prima do exterior. De acordo com a Ordem Executiva, a *Rubber Reserve* não teria poder para delegar autoridade ou delimitar as responsabilidades de seus representantes e para decidir o uso de fundos de desenvolvimento sem ordem do BEW. Teoricamente, a *Rubber Reserve* serviria agora como a agência administrativa do governo para levar a cabo os planos formulados pelo BEW.

A repartição de competência sobre as políticas da borracha entre a RFC e o BEW, entre abril de 1942 e fevereiro de 1943, engendrou lutas internas na burocracia. Como o Departamento de Estado reclamava ao presidente, a Ordem Executiva de 13 de abril de 1942, conferindo novos poderes e funções ao BEW para a aquisição e o desenvolvimento de materiais estrangeiros, ia de encontro aos procedimentos existentes para negociações com governos estrangeiros - conduzidas pelo Departamento de Estado - e a função de gerência operacional, que foi assumida pela RFC. Usando de atrasos e de parcimônia, o presidente da RFC, Jesse Jones, retardou as ações e o escopo do programa de obtenção de matérias-primas do BEW (Blum, 1976, p.283). Em dezembro de 1942, frustrados com a RFC, executivos do BEW prestaram depoimento perante o Comitê do Sistema Financeiro e de Assuntos Monetários do Senado, atestando o fracasso de Jones em cumprir a instrução para estocar materiais estratégicos, incluindo o atraso no programa da borracha, sob sua responsabilidade, assim como a estagnação da coleta de borracha silvestre na América do Sul. Milo Perkins, o diretor do BEW, que atribuía mais importância à rápida aquisição de borracha e da boa vontade internacional que ao preço pago por isso, afirmou: "Em minha opinião, tendo em vista o preço da borracha, deve-se ignorá-lo completamente e conseguir cada quilo que pudermos, a despeito dos custos"

Mas a dura disputa sobre a política de obtenção de borracha derivava ainda da competição entre as visões de diferentes facções do Partido Democrata - que refletiam a

aguda divisão ideológica dentro do próprio partido (Schapsmeier, 1971, p.57). Com o início da guerra, Roosevelt havia proclamado o fim do liberalismo do *New Deal* e feito um apelo à unidade nacional. Pouco depois de Pearl Harbor, ele observou: "O *slogan* era 'Vencer a guerra antes de pensar muito nos planos para o pós-guerra'" (Walker, 1976, p.93). Mas, se Roosevelt não usaria a guerra para promover reformas, ele não abandonaria de todo suas bandeiras, aprovando a posição que o vice-presidente assumira, de um audacioso porta-voz para testar a reação de plateias nacionais e internacionais a propostas políticas - para o tempo de guerra e para o pós-guerra - mais ousadas do que o presidente poderia se arriscar a defender. Para Wallace, assim como para outros adeptos do *New Deal*, a guerra trazia várias expectativas sobre o pós-guerra, tornando difícil traçar distinções claras entre as preocupações estratégicas e o planejamento do pós-guerra. Ele afirmou: "estamos delineando o mundo do pós-guerra agora mesmo" Temendo que o papel preponderante das grandes empresas durante a guerra permitisse que se firmassem práticas de negócios conservadoras, que os programas de bem-estar social nos Estados Unidos sofressem ataques e que erros na política externa norte-americana pudessem contribuir para conflitos internacionais, Wallace defendeu o apoio dos Estados Unidos à industrialização de países mais pobres e a criação de agências internacionais para fazer empréstimos de longo prazo a "nações industrialmente atrasadas". Ademais, o BEW pôs em prática políticas do *New Deal*, que enfatizavam a importância de pagar salários mais altos e promover o bem-estar social dos produtores de matérias-primas na América Latina, em meio a um desenvolvimento econômico em bases mais amplas.

A política em relação à borracha se tornou, durante a guerra, um campo de batalha para os ideais do vice-presidente de garantir estabilidade econômica de longo prazo e justiça social, tanto na América Latina como nos Estados Unidos. Os agentes do BEW tinham uma visão profundamente crítica da influência das corporações norte-americanas nas operações da *Rubber Reserve* na região da Amazônia, que privilegiavam empresas privadas (na sua maioria, brasileiras), limitando o envolvimento do governo. Na América do Sul, como perceberam os agentes do BEW, os "poucos e seletos homens" empregados pela *Reconstruction Finance Corporation* eram cidadãos norte-americanos pessoal e financeiramente envolvidos com as indústrias produtoras. Nesse sentido, o BEW alertou a *Rubber Reserve* para que não se opusesse a um salário mínimo e a uma

legislação social, alegando que isso aumentaria o preço da borracha, mas que usasse os fundos de desenvolvimento para ajudar os produtores a pagar esses salários e cumprir os demais requerimentos. Além disso, para proteger os direitos dos seringueiros, o BEW exigiu um contrato-padrão, escrito, "protegendo adequadamente o trabalhador contra a exploração."

O BEW defendia a importância de políticas sociais na América Latina empregando o discurso da segurança nacional. Deixando de lado as considerações humanitárias, condições ruins de trabalho se traduziam num material de guerra de pior qualidade. A produção de borracha, segundo o BEW, estava diretamente ligada à redução da taxa de mortalidade e ao aumento das "horas-homem anuais de trabalho efetivo", através do controle da malária e do fornecimento adequado de comida. Como política externa, medidas protecionistas nos contratos de obtenção de matérias-primas conquistariam corações e mentes dos produtores rurais da América Latina, ajudando-os a "ler e a escrever, melhorar suas técnicas agrícolas e aprender noções básicas de mecânica". Além disso, o cumprimento de padrões mínimos de bem-estar pelo governo norte-americano ajudaria a combater a propaganda nazista que buscava desacreditar o programa de matérias-primas como uma forma de "imperialismo ianque" que explorava os trabalhadores latino-americanos. Ajudaria ainda a controlar a onda de nacionalismo econômico na América Latina e a fortalecer a posição dos Estados Unidos entre os setores mais progressistas e liberais (Schapsmeier, 1971, p.57-58; Blum, 1973, p.151).

Não obstante, os agentes do BEW afirmaram que, no coração de suas iniciativas de política externa, havia uma determinação histórica do governo dos Estados Unidos em promover condições de trabalho justas em outros países. Leonard H. Heller, o chefe da Divisão da Borracha no *Board of Economic Warfare*, foi bastante enfático sobre qual deveria ser a posição dos Estados Unidos na Amazônia: "Acreditamos que uma agência do governo não deveria aceitar, no Brasil, a escravidão por dívidas, o que seria inconstitucional nos Estados Unidos". Os agentes do BEW falavam, com orgulho, da sua missão: "É a primeira vez na história que um país, ao negociar produtos com outro, deu garantias expressas contra a exploração do trabalho; e reconheceu, de forma franca e realista, que homens e mulheres trabalhadores que recebem um salário justo, cumprem

uma jornada razoável e trabalham e vivem em condições decentes de saúde e saneamento, produzem mais e melhores produtos que aqueles em outra situação".

Para Wallace e outros progressistas, os desequilíbrios comerciais, remanescentes do isolacionismo que se seguiu à Primeira Guerra Mundial, desestabilizariam a economia mundial e tornariam outra guerra "inevitável". Com o avanço do Brasil e de outros países latino-americanos na produção de borracha natural (em cuja eficiência a ser alcançada em alguns anos Wallace apostava, graças a experimentos com enxertos e ao uso de variedades altamente produtivas de *hevea*), o vice-presidente escreveu, preocupado, em seu diário: "uma barreira tarifária para proteger uma indústria nascente da borracha sintética neste país não só forçaria nossos consumidores a pagar mais caro, mas representaria um duro golpe para esses países e sua fé em nossa amizade". Assim, quando Jesse Jones rejeitou a sugestão de Wallace de que a borracha dos seringais na América Latina poderia ser produzida, no futuro, por até dez centavos a libra, o vice-presidente contra-atacou com outra justificativa para promover a produção de borracha crua no hemisfério ocidental: "Eu disse a ele que, se esperávamos vender alguma coisa para o resto do mundo depois da guerra, teríamos de descobrir o que poderíamos aceitar do resto do mundo. E a borracha é uma dessas coisas". Convencido de que a indústria do petróleo, que manufaturava o butadieno (um dos copolímeros da borracha sintética), tinha promovido cinicamente a borracha sintética como necessária à segurança durante a guerra, Wallace fulminou: "é evidente que o pessoal da indústria do petróleo, interessado na criação de uma indústria que lhe seria lucrativa, sacrificou o bem-estar nacional à própria cupidez ou ignorância". Wallace afirmou que

uma sábia política de Estado para a borracha, que olhe para o futuro, levará em consideração todos os fatores que listei - o baixo custo para motoristas, a certeza do suprimento, a promoção da segurança através de laços de amizade com nossos vizinhos neste hemisfério e relações internacionais mais amplas que vão ajudar a assegurar um mundo pacífico.

Nesse sentido, Wallace havia reinventado um papel redentor para a generosidade tropical: a borracha amazônica iria resgatar a cidadania norte-americana das garras

monopolistas do capitalismo industrial. (Ainda assim, reconhecendo que a principal fonte de borracha durante a guerra seria a sintética, Wallace apoiava controles governamentais para combater a fixação de preços e os trustes corporativos e para assegurar maior flexibilidade na acomodação dos interesses econômicos e políticos dos produtores latino-americanos que, acreditava, a indústria privada iria desprezar.) (Schapsmeier, 1971,p.59).

A visão do BEW para a Amazônia refletia o compromisso de Wallace com uma agenda progressista global, voltada para restringir o capitalismo corporativo e melhorar a condição social dos pobres na América Latina. Refletindo uma mistura do idealismo cristão e do internacionalismo de Woodrow Wilson, Wallace anteviu uma era em que a paz e a abundância abençoariam todos os povos (Schapsmeier, 1971, p.55; Walker, 1976, p.86). No projeto do BEW, a assistência financeira, a orientação científica e a supervisão política providas pelo governo dos Estados Unidos modernizariam e moralizariam a sociedade amazônica, resgatando um mercado local que, por muito tempo, permanecera prisioneiro de inescrupulosas empresas privadas, tanto domésticas como transnacionais. Wallace pensava que os trabalhadores amazônicos mereciam um padrão de vida mais elevado e uma existência mais digna. Nem o caráter nacional, nem o miasma tropical impediam o aumento da produção de borracha na Amazônia, mas sim a exploração dos seringueiros por seringalistas que, por sua vez, se viam numa posição de desvantagem no comércio global, dominado por trustes corporativos.

O apoio de Wallace à ajuda governamental dos Estados Unidos a nações em desenvolvimento renunciava a agenda do pós-guerra de agências como a *U. S. Agency for International Development*. E sua defesa dos direitos dos trabalhadores na Amazônia ecoava as lutas contemporâneas dos ativistas dos direitos humanos e trabalhistas. Porém, no que em muito se assemelhava a Woodrow Wilson, Wallace tinha uma visão etnocêntrica ao buscar reconstruir as nações latino-americanas nos moldes progressistas dos Estados Unidos. Wallace tinha também uma desconfiança inata da capacidade dos países latino-americanos de exercer um governo competente (acusações similares foram feitas ao OIAA de Rockefeller, que promoveu como uma missão civilizadora a americanização da saúde, da agricultura e da vida cultural dos países latino-americanos, alardeando o desenvolvimento econômico e a expansão do poder de

compra estrangeiro sem redistribuição da riqueza ou caridade). Em fevereiro de 1942, por exemplo, um mês antes da assinatura dos Acordos de Washington, o BEW e o OIAA propuseram um ousado plano para uma operação liderada pelos Estados Unidos na Amazônia, para melhorar o transporte, o saneamento e a habitação. Seria criada uma Corporação de Desenvolvimento da Amazônia e metade de suas ações seria de propriedade conjunta dos governos do Brasil e dos Estados Unidos, com um brasileiro na presidência e um norte-americano como diretor-geral. A proposta foi atacada pelos representantes brasileiros, que discordaram da indicação de um agente norte-americano para o cargo de diretor-geral de uma corporação cuja metade pertencia ao governo brasileiro. Não obstante, o BEW fazia insistentes pedidos por um maior compromisso do governo dos Estados Unidos com salários mais altos, condições de trabalho mais justas, habitação e assistência médica adequadas e estoques de comida na Amazônia, condenando os fracassos do regime Vargas na proteção do bem-estar dos seringueiros, como exigia o contrato oficial de trabalho, assim como a deferência dos agentes da *Rubber Reserve* para com as autoridades brasileiras nesses assuntos.

Mesmo que a visão de Wallace para o desenvolvimento amazônico tenha vindo, indubitavelmente, de programas do *New Deal*, como a *Tennessee Valley Authority*, que buscavam combater o desequilíbrio regional e a pobreza rural, ela também se conformava ideologicamente a certa visão imperial, em que as colônias eram enxergadas como laboratórios da modernidade, onde cientistas, técnicos, educadores e nutricionistas poderiam realizar experimentos de engenharia social, supostamente para melhorar a condição dos povos mais "primitivos". Embora os agentes do BEW reconhecessem claramente a miríade de desafios econômicos, epidemiológicos e de infraestrutura que dificultavam uma reforma total da Amazônia, acreditavam na missão transformadora dos tecnocratas e servidores públicos norte-americanos. Dentro de uma longa tradição, o projeto do BEW reflete a tendência de estrangeiros verem a Amazônia como tábula rasa. Os internacionalistas do *New Deal* subestimaram não apenas a capacidade de o comércio de borracha amazônico resistir à arregimentação aos princípios de mercados e à supervisão governamental, mas também a feroz oposição dos conservadores nos Estados Unidos a uma política externa que ameaçava seus interesses econômicos e suas bases ideológicas.

Hostis a um maior estatismo nos Estados Unidos, mesmo em tempo de guerra (para não mencionar períodos de normalidade), os conservadores resistiram às ideias de Wallace sobre a ajuda econômica dos Estados Unidos e outras políticas reformistas que buscavam melhorar as condições sociais dos pobres na América Latina (Hoffman, 1992, p.67). Um dos mais ferrenhos críticos de Wallace era o democrata texano Jesse Jones, que presidira a RFC desde sua criação em 1932 e também fora indicado secretário do comércio em 1940, para atender aos democratas conservadores, insatisfeitos com a escolha de Wallace para vice-presidente. Jones, um poderoso empresário de Houston que tinha feito fortuna na indústria madeireira, no mercado imobiliário, na construção civil e no setor financeiro, defendia os interesses do empresariado, o conservadorismo fiscal e baixos preços das *commodities*. Como boa parte da opinião pública norte-americana, ele abominava a possibilidade de um *New Deal* na América Latina. Em suas memórias publicadas no pós-guerra, Jones atacou Wallace e seus colegas no BEW por "prejudicar o esforço de guerra" em seu "afã de jogar dinheiro fora para propósitos ruins", observando que o tino empresarial de seus associados tinha poupado o dinheiro dos contribuintes e salvara o programa da borracha de um escândalo nacional (Jones, 1951, p.489).

Nas políticas de obtenção de matéria-prima, a RFC defendia uma relação de trabalho próxima com o capital estrangeiro e multinacional que, segundo os conservadores, tinha a experiência empresarial e as habilidades técnicas necessárias. Diferentemente dos defensores do "governo grande" no BEW com seus projetos para "americanizar a Amazônia", os agentes da *Rubber Reserve* insistiam em que o maior suprimento de borracha da Amazônia brasileira poderia ser obtido, no menor tempo possível, entregando a responsabilidade primária aos brasileiros e limitando o envolvimento de norte-americanos no programa da borracha à assistência técnica e às relações com os negociantes locais e os seringalistas. A assistência norte-americana na Amazônia deveria evitar a "interferência desnecessária nos hábitos e costumes do povo", incluindo tentativas de reformas sociais, "exceto quando tais reformas tiverem um impacto direto na produtividade do trabalho". Diziam também que os seringueiros não deveriam ganhar "muito dinheiro, a ponto de perder o interesse em continuar produzindo". Desprezando relatórios do BEW sobre as deploráveis condições sociais nos tributários remotos do Amazonas, Jones afirmaria, mais tarde: "nosso trabalho era produzir

borracha", e, além disso, "as condições sociais em muitas partes dos Estados Unidos eram deploráveis, então não era surpreendente que o fossem na Amazônia" (Jones, 1951, p.425).

Os opositores das políticas para obtenção de matéria-prima do BEW também expressavam sua posição nos termos da segurança nacional. O respeito aos sistemas locais de negócios e às práticas culturais seria essencial para assegurar a produção e ganhar a boa vontade e o respeito das populações latino-americanas. Cláusulas impondo direitos sociais aumentariam o custo do trabalho ou encorajariam a vagabundagem, e "difícilmente o papel das agências do governo dos Estados Unidos seria tornar a situação mais complicada para os patrões" Ademais, políticas norte-americanas que promovessem reformas socioeconômicas no comércio da borracha violavam a soberania brasileira e poderiam gerar atritos com um aliado central em tempo de guerra. Clayton, o secretário-assistente de comércio, declarou que, dado o "vigor" com que o Brasil "defende diligentemente suas prerrogativas nacionais", os apelos do BEW para que o Brasil entregasse aos Estados Unidos o controle da imigração e dos problemas de transporte na Amazônia eram ingênuos e perigosos: "afinal, o Brasil é uma nação soberana, e o governo dos Estados Unidos pode fazer no Brasil apenas o que o governo brasileiro nos deixar fazer e nada mais". Dadas as ansiedades geopolíticas das autoridades brasileiras na Amazônia, a *Rubber Reserve* condenou, particularmente, políticas que poderiam levantar suspeitas de uma "invasão americana" da Amazônia, incluindo a contratação de funcionários sem uma "consideração cuidadosa" de seu caráter e habilidade para representar apropriadamente uma empresa do governo norte-americano, especialmente em regiões distantes e sem a ajuda da embaixada ou dos homens mais importantes da *Rubber Reserve*.

A apaixonada defesa da soberania brasileira pelos conservadores era bastante arbitrária, considerando-se o substancial ingresso de capital norte-americano na região amazônica durante a guerra. Ademais, a defesa do relativismo cultural, vinda de tendências pró-empresariais e de pressões da diplomacia brasileira, e não de uma sensibilidade antropológica, serviu para evitar a questão fundamental do papel do governo norte-americano na promoção de condições de trabalho mais justas na América Latina. A oposição à legislação social na Amazônia revelava ainda o oportunismo político dos

conservadores, que vilipendiavam políticas estatistas mesmo enquanto as corporações norte-americanas faziam fila para colher, no pós-guerra, lucros inesperados advindos do investimento maciço do governo na indústria sintética da borracha. De fato, as indústrias petrolífera, química e da borracha foram agentes fundamentais na promoção e no desenvolvimento da indústria sintética durante a guerra. Como a maioria das agências do período da guerra, o escritório do *Rubber Director* (criado a partir da recomendação do *Rubber Survey Committee*, em setembro de 1942, para supervisionar as medidas) recrutava seu pessoal das indústrias envolvidas, que defendiam o desenvolvimento de sintéticos pelo governo, em relação à promoção da borracha crua no hemisfério.

Contudo, o repúdio ao internacionalismo do *New Deal* na Amazônia refletia também um cinismo mais profundamente assentado sobre a possibilidade de a assistência do governo dos Estados Unidos elevar o nível social dos trabalhadores na floresta. Em suas memórias, escritas no pós-guerra, Jesse Jones condenou Henry Wallace e seus "colegas reformadores sociais" que acreditavam que uma melhora nas condições de vida na Amazônia levaria a um aumento da produção de borracha. Ridicularizando a suposta sugestão de Wallace de que fornecer 350 mil toneladas de gêneros alimentícios básicos para os pobres da Amazônia rural (incluindo farinha enriquecida com vitaminas) tornaria os trabalhadores do programa da borracha mais produtivos, Jones notou, com sarcasmo: se a comida fosse dada de graça, os Estados Unidos obteriam menos borracha porque "as pessoas aqui, como a maioria das pessoas em todo o mundo, só trabalham porque querem comer. Se fossem alimentados de graça, muitos deles sequer trabalhariam e, portanto, haveria pouca ou nenhuma borracha." Jones atacou o BEW, declarando (falsamente) que suas cláusulas trabalhistas levariam os produtores latino-americanos a pagar a seus empregados salários com poder de compra equivalente ao da América do Norte, e a conceder "benefícios sociais" que, além de violar a soberania de outras nações e contrariar os patrões, teriam interferido "com os costumes referentes à alimentação, à moradia, à higiene e ao trabalho dos seus povos". Para dar suporte à sua argumentação, Jones escolheu o que provavelmente acreditava ser a mais ridícula das propostas de Wallace: a ideia de que "este seria um mundo mais feliz se ensinássemos aos índios nas selvas da Amazônia a cultivar vegetais à maneira da América do Norte".

Para Wallace, na realidade, os índios, "inocentes, estavam satisfeitos com uma dieta baseada em farinha de milho e feijão mexicano [*sic*]" (Jones, 1951, p.422-423, 491).

Como vários acadêmicos têm argumentado, a autorrepresentação do poder colonial europeu e norte-americano se baseava, em parte, numa demarcação simplificada dos povos e das paisagens das regiões tropicais. A "tropicalidade" servia, de várias formas, a um contraste com a formação da identidade europeia e norte-americana, baseada na ideia de que esses eram lugares de temperança, racionalidade e frugalidade. Ou, como observa David Harvey, "denegrir os lugares dos outros é uma forma de afirmar a viabilidade e o poder incipiente de si mesmo" (Harvey, 1996, p.322). Culpendo os seringueiros por sua pobreza, e não a exploração socioeconômica da região, que se inseria numa divisão internacional do trabalho, Jones revelou uma visão cínica (e cíclica) dos trabalhadores rurais amazônicos como peões ignorantes e preguiçosos, destinados à marginalidade social e dela merecedores. Mais que uma compreensão deficiente da Amazônia - atribuindo um papel central à farinha de milho e ao feijão numa dieta enriquecida pela mandioca - a posição política de Jones advinha de percepções culturais da floresta tropical como um lugar de debilitação física e decadência moral, e replicava tais percepções. Em *Brazil: Bulwark of Inter-American relations* (1945), Henry Albert Phillips defendeu que o fracasso do Brasil em criar *plantations* de borracha "reflete e revela algo basilar, localizado nas profundezas da essência do caráter brasileiro e de sua conduta como um todo", que ele resumia assim: "Os brasileiros não são realistas, e nunca o serão, num grau similar ao que os anglosaxões podem ser e frequentemente são". E, ecoando outros lugares-comuns colonialistas sobre a incapacidade dos nativos para administrar os recursos naturais, ele exaltou a operação britânica que contrabandeou as sementes da borracha da Amazônia, sem a qual "a Era do Automóvel se atrasaria indefinidamente".

Jones e Wallace foram internacionalistas, em seus esforços para difundir os ideais norte-americanos - apoiando o livre-comércio e um sistema internacional integrado. Contudo, suas visões da Amazônia divergiam significativamente. Enquanto Wallace buscava apagar um legado de injustiças passadas na Amazônia, com a promessa de libertação futura, Jones ridicularizou os esforços para atribuir à região e a seus povos tamanha relevância histórica. Enquanto o paternalismo de Wallace enfatizava a redenção

amazônica através de um esforço liderado pelos Estados Unidos, Jones desprezava a população nativa, que considerava impermeável ou hostil a mudanças.

O conflito entre conservadores e progressistas sobre as políticas para obtenção de matéria-prima na Amazônia atingiu um momento crítico ao longo de 1943. Em fevereiro, William Jeffers, *Rubber Director*, restaurou a jurisdição exclusiva da RFC sobre a obtenção e a produção de borracha natural em todos os países estrangeiros. [Nesse momento, o nome da agência foi oficialmente modificado, passando de *Rubber Reserve* para *Rubber Development Corporation*.] O *Board of Economic Warfare* foi oficialmente excluído de qualquer processo decisório relativo à produção e à obtenção de borracha natural. Em 15 de julho de 1943, Roosevelt aboliu o BEW e transferiu suas funções e seu pessoal para uma nova agência, o *Office of Economic Warfare*, comandado por Leo Crowley, um conservador amigo de Jones (Schapsmeier, 1971, p.70-71). Este continuou a chefiar a RFC, onde, como banqueiro-chefe da administração, controlava um vasto império de indústrias estatais. Enquanto isso, Wallace se tornara um estorvo, em razão da guinada para a direita do país, refletida nas vitórias dos republicanos nas eleições parlamentares de 1942. Assim, Roosevelt anunciou que Wallace não seria seu companheiro de chapa na eleição de 1944. A voz do progressismo do *New Deal*, nos Estados Unidos e na cooperação econômica inter-americana, foi silenciada, e Wallace foi privado das responsabilidades políticas com as quais esperava moldar a paz do pós-guerra (Gellman, 1979, p.169).

A indústria sintética norte-americana do período da guerra, um produto do esforço conjunto do Estado, da indústria, de cientistas e de universidades, exigiu um investimento de 700 milhões de dólares, inteiramente custeado pelo governo. Quinze fábricas, operadas por corporações privadas que eram ressarcidas dos custos e remuneradas pela administração, estavam funcionando já em fins de novembro de 1943. Em 1944, a produção de borracha sintética ultrapassou 773 mil toneladas e, ao final da guerra, as fábricas operavam com uma capacidade anual de 830.780 toneladas. Antes da guerra, os Estados Unidos eram o maior importador de borracha crua do mundo, porém, ao seu final, tornaram-se o maior exportador de borracha. Enquanto em 1942, 96% da borracha consumida nos Estados Unidos era natural e 4% sintética, em 1945 esses números eram 15% e 85%, respectivamente. O sucesso do programa sintético nos

Estados Unidos fez surgir uma nova e florescente indústria e elevou o *status* de cientistas cuja "metodologia objetiva" foi considerada crítica para as decisões políticas e para a guerra. Resultou também na perda de importância do comércio hemisférico de borracha crua. Na Amazônia, a *Rubber Development Corporation* reduziu a escala de suas operações a partir de julho de 1943, sob a justificativa de que as despesas eram altas, os fornecedores locais se opunham à regulamentação estatal do comércio da borracha e a produção de látex era desapontadora. O comércio de borracha na Amazônia, outrora visto como antídoto para a dependência norte-americana da borracha, alicerce da cooperação interamericana ou baluarte contra a concentração industrial, acabou se tornando um epítome da degeneração tropical. Retornando de uma viagem de um mês à Amazônia em setembro de 1943, W. N. Walmsley, do Departamento de Estado, fez uma crítica devastadora ao comércio da borracha: "Não há, em lugar algum, um retrato mais aterrador do que, em países mais progressistas, chamamos de corrupção e exploração".

CONCLUSÃO

Sobre o vale do rio Amazonas, Earl Park Hanson observou, em 1944: "é provável que nos últimos dois anos sua bacia tenha sido mais substancialmente explorada e mais conhecimento se tenha obtido sobre sua natureza física do que em quatro séculos, desde que seu antigo conquistador, Francisco de Orellana, se tornou o primeiro comandante branco a atravessá-lo". Embora requeitando a gasta imagem da Amazônia como um território recém-descoberto, ele estava correto em vários pontos: nos cinco anos anteriores, os Estados Unidos tinham enviado à Amazônia centenas de burocratas, administradores, engenheiros, agrônomos e médicos, visando aumentar a produção de borracha; enviaram comissões para estudar as possibilidades de cultivo de gêneros alimentícios na bacia do Amazonas e os problemas de saúde, bem como para conduzir campanhas contra a malária; enviaram à floresta aviões de transporte pesado, para buscar borracha (Hanson, 1944, p.14). A Amazônia emergiu em monografias, livros de viagem, filmes e na propaganda de guerra, refletindo uma campanha mais ampla do governo norte-americano para solidificar a aliança interamericana, ainda que distorcida

pelo idealismo romântico ou por preconceitos arraigados (Park, 1995, p.145). Agentes do governo dos Estados Unidos, geógrafos, estrategistas, ensaístas e propagandistas - incentivados por seus pares brasileiros - tentaram transformar a Amazônia em algo "legível" para o público norte-americano.

Contudo, enquanto Hanson escrevia essas palavras para a Associação de Política Externa, a estrela da Amazônia já havia começado a perder seu brilho no horizonte político dos Estados Unidos. Em seu nível mais básico, a trajetória da Amazônia no imaginário dos Estados Unidos no tempo da guerra pode ser compreendida dentro do contexto de uma longa história de esforços de habitantes do hemisfério Norte para garantir o acesso às *commodities* tropicais. Durante o século XIX, os ingleses transferiram sementes da *hevea* da Amazônia para suas colônias asiáticas, numa estratégia para aumentar a produção da borracha e reduzir seus custos. Embora antes de Pearl Harbor a ameaça de interrupção do fornecimento por causa da guerra tenha provocado discussões nos Estados Unidos sobre a importância geopolítica de se diversificar os mercados da borracha e o desenvolvimento dos sintéticos, a subsequente interdição japonesa dos mercados tradicionais do Sudeste asiático fez que os agentes do governo norte-americano e cientistas se apressassem na busca por alternativas. Em meio a essa crise, a política do governo dos Estados Unidos priorizou a rápida criação de uma indústria sintética, ainda que o comércio da borracha crua na Amazônia também tenha recebido um estímulo efêmero, na forma de subsídios dos Estados Unidos.

Este ensaio, ao mesclar história diplomática, ambiental e cultural, sugere ainda que a evolução da Amazônia no imaginário norte-americano no tempo da guerra e as decisões políticas tomadas devem ser vistas sob uma lente analítica mais ampla. Como Arthur Whitaker observou, o ideal do hemisfério ocidental era um conceito geográfico enraizado em movimentos anticolonialistas do século XIX, que engendraram uma pletera de visões sociais, culturais, econômicas e geopolíticas. De fato, a Amazônia testou os ideais enaltecidos de solidariedade hemisférica: para os céticos norte-americanos, a alteridade da floresta era um emblema do vasto e intransponível abismo entre os povos e culturas do Norte e do Sul, o qual ao mesmo tempo perpetuava, revelando as limitações, senão a futilidade, do pan-americanismo; para outros, a perfeita complementaridade da "fronteira" amazônica fortaleceria os Estados Unidos, econômica

e moralmente, enquanto os ideais universais de justiça social e de democracia solidificariam os laços transnacionais, erradicariam a diferença cultural e reduziriam as desigualdades globais. Depois de Pearl Harbor, os responsáveis pela formulação das políticas dos Estados Unidos continuaram profundamente divididos sobre os objetivos do país na Amazônia: os liberais do *New Deal* preferiam a regulamentação estatal e subsídios para modernizar o comércio de borracha crua, alcançar reformas sociais duradouras e contrabalançar o controle monopolístico da emergente indústria da borracha sintética; os conservadores defendiam as prerrogativas empresariais na Amazônia, a concentração corporativa na indústria sintética e a manutenção da divisão internacional do trabalho.

As decisões políticas dos Estados Unidos durante a guerra, em relação à Amazônia, informaram e foram informadas por diferentes sensibilidades culturais que refletiam, ao mesmo tempo, necessidades domésticas contemporâneas e mitos arraigados sobre as regiões e populações tropicais. A clássica dicotomia do El Dorado ou "Inferno Verde" que polarizara as visões de forasteiros sobre a floresta tomou novas formas, num clima de militarismo global e de expansão do poder do Estado. Num nível conceitual mais amplo, o cisma entre os burocratas norte-americanos evoca observações acadêmicas, segundo as quais os projetos coloniais têm se baseado em tensões entre noções de incorporação e diferenciação. Como observam Stoler e Cooper, as políticas de reforma social dos Estados colonialistas europeus derivavam de um tênue equilíbrio entre programas que ligaram os interesses de grupos específicos ao poder colonial e políticas que mantinham uma série de distinções culturais escolhidas para conter e restringir as aspirações daqueles que seriam dominados. (Stoler & Cooper, 1997, p.7-10). Com o maior envolvimento do governo dos Estados Unidos na Amazônia, gerado pela dependência da borracha, os gestores daquele país se digladiavam sobre até que ponto o "esforço civilizatório" seria apropriado para a floresta amazônica e seus povos.